



**NOTAS EXPLICATIVAS AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

NOTA 1 – Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda com capital totalmente subscrito e integralizado pela União. Iniciou suas atividades em 01 de dezembro de 1964, de acordo com a lei nº 4.516/64, atuando como órgão de execução de todos os serviços de processamento de dados do Ministério. Atualmente tem a missão de fornecer soluções, baseadas em tecnologia da informação, para o êxito das decisões e operações da Administração Fazendária e, das ações estruturadoras e integradoras da Administração Federal. A Empresa atua através de uma estrutura de rede por meio de células denominadas Unidades de Gestão, desenvolvendo-se a partir de projeções regionais e 29 escritórios, propiciando serviços a seus clientes com um quadro de 8.677 empregados.

NOTA 2 – Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em consonância com as diretrizes emanadas pela legislação societária. Como o SERPRO utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conseqüentemente, segue as normas da Secretaria do Tesouro Nacional, pertinentes as empresas públicas.

O SERPRO, por ser uma empresa de capital fechado, está desobrigada de apresentar suas demonstrações contábeis em consonância com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

São parte integrante destas Notas Explicativas os quadros demonstrativos citados como anexos.

NOTA 3 – Sumário das Práticas Contábeis

3.1) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são escrituradas pelo regime de competência mensal. Desde janeiro de 1996, em conformidade com a Lei 8.981/95, os resultados mensais vem

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

sendo apurados cumulativamente, para efeito de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

3.2) Provisão para Devedores Duvidosos

Foi constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, que leva em consideração a estatística de perdas no passado e o conhecimento da situação individual dos clientes.

Fundamentado no princípio da prudência, efetuou-se estudo da evolução histórica dos valores pendentes de recebimento e vem se adotando o critério de efetuar uma Provisão para Devedores Duvidosos, ao percentual de 2,33%, cobrindo as expectativas de perdas dos créditos a receber de clientes.

O detalhamento destes créditos, no valor de R\$ 67.669.561,20 é apresentado no Anexo 02 destas Notas.

3.3) Imobilizado

O valor do imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam melhorias, são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência. A depreciação está calculada pelo método linear. As taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com a IN 162 da Secretaria da Receita Federal.

3.4) Diferido

O diferido comporta os encargos incorridos, relativos a desenvolvimento de projetos, e softwares.

3.5) Provisões de Pessoal

Os encargos com férias e licença-prêmio são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição.


MÁRIA MALVINA DOTTI
Contadora CRC/DF 55640-8

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

3.6) Tributos

O Imposto de Renda, a Contribuição Social s/Lucro, a Cofins e o Pasep são registrados às alíquotas abaixo demonstradas, considerando para efeito da respectiva base de cálculo a legislação pertinente a cada tributo.

DISCRIMINAÇÃO	2002		2001
	Janeiro a Novembro	Dezembro	Janeiro a Dezembro
Imposto de Renda (alíquota básica + adicional)	25%	25%	25%
Contribuição Social s/Lucro Líquido	9%	9%	9%
COFINS	3%	3%	3%
PASEP	0,65%	1,65%	0,65%

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são provisionados com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões.

A edição da Medida Provisória nº 66, em 29 de agosto de 2002, alterou a alíquota do Pasep e permitiu situações de crédito desse tributo para anular a cumulatividade, a partir de 01 de dezembro de 2002.

NOTA 4 – Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras no valor de R\$ 366.265.472,43 são remuneradas pelo fundo extramercado administrado pela BB - DTVM (Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) e estão restritas aquelas lastreadas por títulos públicos, conforme Decreto-Lei nº 1290/73.

NOTA 5 – Limite de saque com vinculação de Pagamento

Em conformidade com a IN/STN nº 04/96 e NE da COFIN/CCONT/STN 02/96, o pagamento de despesas com recursos do Tesouro Nacional, a partir de novembro 1996, é efetuado mediante saque na Conta Única do Tesouro Nacional, com base em limites estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

Neste processo não ocorre a transferência de recursos financeiros da Conta Única. A STN estabelece limites de saque através do registro na conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. O valor de R\$ 2.573.217,00 corresponde ao saldo do limite de saque, sendo que R\$ 27.968,23 são originários da fonte 100 e R\$ 2.545.248,77 da fonte 250.

NOTA 6 – Créditos de Clientes

O detalhamento dos créditos a receber de clientes em 31 de dezembro, no valor de R\$ 67.669.561,20 é apresentado no Anexo 02 destas Notas e detalhado a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	
	2002	2001
Faturas a Vencer	8.633	11.999
Faturas Vencidas	59.036	56.968
Contas a Receber Bruto	67.669	68.967
Provisão p/Devedores Duvidosos	(1.576)	(1.606)
TOTAL	66.093	67.361
A Vencer	8.633	11.999
Vencidas – 01a 30 dias	10.620	7.473
Vencidas – 31a 60 dias	1.739	1.029
Vencidas – 61a 90 dias	1.089	244
Vencidas – 91a 120 dias	224	901
Acima de 121 dias	45.364	47.321
TOTAL	67.669	68.967

NOTA 7 – Créditos Tributários

As parcelas de antecipação e retenção do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro são contabilizadas em contas de tributos a compensar e, para fins de evidenciação, são cotejadas com os valores provisionados.

ANA MARIA DE LIMA COSTA
Controladora CGU/CP 1204/04

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

DISCRIMINAÇÃO	2002	2001
Base de cálculo da Contribuição Social:		
Lucro Contábil do Exercício	60.313.169,88	36.946.941,00
Adições	117.865.599,12	110.254.641,51
Exclusões	61.908.272,64	45.952.793,91
Contribuição Social – alíquota 9%	10.464.344,67	9.112.390,97
Antecipações/retenções na fonte	9.573.671,74	9.073.408,52
Saldo a Pagar	890.672,93	38.982,45
Base de Cálculo Imposto de Renda:		
Lucro Contábil depois da CSLL	49.848.825,21	27.834.550,03
Adições	126.272.702,91	117.057.908,83
Exclusões	61.908.272,64	45.952.793,91
Lucro Fiscal do Exercício	114.213.255,48	98.939.664,95
Imposto de Renda – alíquota 15%	17.131.988,32	14.840.949,74
Parcela isenta do adicional de IR	240.000,00	240.000,00
Adicional do IR – alíquota 10%	11.397.325,55	9.869.966,50
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	685.279,53	593.637,99
Imposto devido	27.844.034,34	24.117.278,25
Retenções na fonte	50.622.281,52	40.261.074,34
Saldo a compensar	22.778.247,18	16.143.796,09

Destaca-se neste grupo os R\$ 42.197.076,51 de créditos fiscais realizáveis a curto prazo, onde R\$ 17.538.599,52 são imposto de renda e contribuição social difendos, apurados sobre as diferenças temporárias e registrados em atendimento a Deliberação CVM nº 273/98 e ao pronunciamento do IBRACON, que apresentam a seguinte natureza:

Licença-Prêmio	8.883.615,51
Serpros	7.130.434,96
INSS	863.508,05
Provisão p/Devedores Duvidosos	526.618,07
Outros	134.422,93
TOTAL	17.538.599,52

A realização dos créditos fiscais oriundos das diferenças temporárias ocorrerá quando do efetivo pagamento ou reversão das provisões efetuadas, bem como do recebimento de faturas ou perda efetiva dos créditos considerados de liquidação duvidosa, obedecendo aos preceitos legais vigentes.

ANA MARIA MALJANI COSTA
Controladora-Geral da União

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

NOTA 8 – Depósitos Realizáveis a Curto Prazo

Neste grupo, destacam-se os Depósitos Judiciais, no valor de R\$ 58.722.389,69 e os Depósitos para Recursos, no valor de R\$ 11.054.650,25. Estes depósitos correspondem aos saldos dos registros dos depósitos efetuados pela Empresa para interposição de recursos cíveis e trabalhistas, pendentes de julgamento até o encerramento do exercício, com atualização pela TR. Neste ano, destaca-se a recuperação de diversos depósitos realizados pela empresa perfazendo o total de R\$ 1.487.878,74.

NOTA 9 – Provisão para Perdas s/Empréstimo Compulsório

Em atendimento a recomendação da auditoria externa sobre a perda do direito da restituição dos valores lançados como empréstimo compulsório, foi constituída provisão para os empréstimos compulsórios sobre veículos no valor de R\$ 15.160,89 e no longo prazo para combustíveis no valor de R\$ 87.489,14.

NOTA 10 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Destacam-se, neste grupo, os Créditos Fiscais Diferidos e os Títulos de Crédito:

10.1) Créditos Fiscais Diferidos

Os Créditos Fiscais no valor de R\$ 95.048.877,34 compreendem os créditos de Impostos de Renda e Contribuição Social apurados sobre as diferenças intertemporais e registrados em atendimento a Deliberação CVM nº 273/98 e ao pronunciamento do IBRACON, que apresentam a seguinte natureza:

Contingências trabalhistas	56.279.121,75
SERPROS.....	36.249.452,14
INSS/Prov.Perdas Prováveis	<u>2.520.303,45</u>
TOTAL	95.048.877,34

O estoque dos créditos tributários das contingências trabalhistas possui uma rotatividade determinada pela constituição de fundos para fazer face às novas demandas judiciais trabalhistas. A realização desses créditos vincula-se ao trânsito em julgado da ação trabalhista. No entanto, do total de R\$ 56.279.121,75, as ações trabalhistas que dão

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

suporte aos créditos mais representativos estão em fase de execução, e a liquidação final depende da matéria debatida em andamento na esfera da justiça do trabalho.

De um total de 240 parcelas do crédito tributário-SERPROS realizou-se 67 e permanecem 173, com previsão de realização a partir de 2003.

De um total de 60 parcelas do crédito tributário-INSS realizou-se 14 e permanecem 46, com previsão de realização a partir de 2003.

10.2) Títulos de Créditos

Os Títulos de Créditos compreendem as NTN-P, custodiadas no Banco Central do Brasil - BACEN e referem-se a alienação das ações da Telebrás, no valor de R\$ 1.573.840,23, com vencimento em 09/07/2012 e da Embraer no valor de R\$ 994,85, com vencimento em 16/03/2010, atualizados monetariamente de acordo com as Portarias 57 e 58/98, da STN.

NOTA 11 - Investimentos

Este grupo é composto pelas aplicações em Incentivos fiscais que estão demonstradas no Anexo 03 destas Notas.

NOTA 12 - Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social

Os valores devidos de Imposto de Renda e Contribuição Social do período, estão demonstrados deduzidos das antecipações e retenções conforme verifica-se na Nota 7.

NOTA 13 - Provisões de Pessoal

Correspondem as provisões de Férias e Licença-Prêmio, reconhecidas por competência mensal, segundo o período de sua aquisição, em consonância com o Regulamento do Imposto de Renda.



MARIA VALÉRIA COSTA
CONTADOR PÚBLICO

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

	PROVISÕES	ENCARGOS	ADIANTAMENTOS	SALDO
Férias	19.264.880,74	9.214.331,42	(6.869.109,31)	21.610.102,85
Licença-Prêmio	18.040.648,49	8.628.859,05	-	26.669.507,54
Total	37.305.529,23	17.843.190,47	(6.869.109,31)	48.279.610,39

NOTA 14 – Outras Provisões

Destacam-se neste grupo a provisão da dívida para com o SERPROS no valor de R\$ 12.346.152,12, vencível no exercício seguinte, referente aos termos dos acordos assinados para parcelamento das diferenças das taxas de contribuição prescritas na Lei 8.020/90 e para amortização do dote inicial, o incentivo à migração dos participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II no valor de R\$ 9.002.455,56 e o parcelamento da dívida junto ao INSS no valor de R\$ 2.585.353,44.

NOTA 15 – Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias, está assegurada à União dividendos obrigatórios no montante de R\$10.737.090,00, do resultado do exercício de 2002.

NOTA 16 – Obrigações Tributárias e Trabalhistas

Estão registradas neste grupo a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre a Reserva de Reavaliação de Imóveis no valor de R\$ 3.093.569,13, o parcelamento de dívida junto ao INSS no valor de R\$ 7.325.168,08 e a provisão para contingências trabalhistas no valor de R\$ 217.935.670,10, totalizando R\$ 228.354.407,31.

A contingência trabalhista foi aumentada pelo registro de R\$ 32.640.078,34, com base na avaliação da Consultoria Jurídica.

ANA CARLA MALLUMI COSTA
Contadora CRC/DF 9.984/02

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

NOTA 17 – Outras Obrigações a Pagar

Destaca-se neste grupo a obrigação junto ao SERPROS referente aos termos dos acordos assinados para o parcelamento das diferenças de taxas de contribuição prescritas na Lei 8.020/90 e para amortização da dotação inicial, vencíveis após o exercício seguinte, pelo prazo de 20 anos, já amortizado em 5 anos e 7 meses, atualizado pelo INPC/IBGE.

NOTA 18 – Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 130.737.189,43. O aumento de R\$ 2.033.254,84 observado em relação a 2001, deve-se a incorporação das reservas para riscos eventuais que, conforme estabelecido no estatuto, se não utilizadas devem ser incorporadas ao capital social.

NOTA 19 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Em 1994, a Empresa reavaliou integralmente seus imóveis com base em laudo pericial emitido pela Caixa Econômica Federal. O saldo dessa reavaliação monta R\$ 37.241.514,28 e as realizações ocorridas neste exercício social, no valor de R\$ 1.682.746,27, foram transferidas para a conta de Resultado Acumulado.

NOTA 20 – Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros são constituídas pela apropriação de lucros da companhia com o objetivo de garantir a segurança adicional e a saúde financeira. Nesse grupo estão contidas a Reserva Legal, a Reserva Estatutária, a Reserva de Retenção de Lucro e a Reserva de Lucros a Realizar.

A Reserva Legal no valor de R\$ 8.695.410,22, obrigatoriamente constituída pela empresa à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

As Reservas Estatutárias estão subdivididas em:

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

- a) de Investimentos – cinco por cento do lucro líquido, até vinte por cento do capital social, destinados à atualização do parque computacional e à aquisição de bens patrimoniais necessários à consecução dos objetivos institucionais do SERPRO, no valor de R\$ 11.733.140,27;
- b) para Riscos Eventuais – cinco por cento do lucro líquido, até vinte por cento do capital social, destinados a cobrir prejuízos com perda de material e destruição acidental de equipamentos e bens patrimoniais, e cujo saldo não utilizado será incorporado, no exercício seguinte, ao capital social, no valor de R\$ 2.054.815,76

A Reserva de Retenção de Lucro é a parcela extraída do lucro líquido do exercício para atender a aplicações de capital que a empresa prevê em seu planejamento. Essa reserva foi proposta pela Diretoria no valor de R\$ 39.888.627,60, em cumprimento ao artigo 197, combinado com o art. 202, § 6º, da lei 6.404/76, com nova redação dada pela lei 10.303/2001, com o valor dos lucros remanescentes, após as destinações legais e estatutárias.

A reserva de Lucros a Realizar proposta pela Diretoria no valor de R\$ 112.587.476,86 foi constituída com resultados fiscais – Diferenças Intertemporais ainda não realizados. Essa reserva tem por finalidade evitar que a companhia pague dividendos sobre lucros que ainda não foram realizados em termos financeiros. O conceito de lucro não realizado é relacionado ao registro das receitas e despesas de acordo com o Princípio da Competência, em virtude do qual podem existir lucros contábeis que ainda não foram financeiramente realizados, conforme prescrito no artigo 197 da Lei 6.404/76.

NOTA 21 – Lucros Acumulados

Em conformidade com o artigo 197, combinado com o art. 202, § 6º, da lei 6404/76, com nova redação dada pela lei 10.303/2001, é vedado manter na conta Lucros Acumulados os lucros sem destinação, de acordo com o demonstrado nas mutações do Patrimônio Líquido.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o resultado encontra-se distribuído da seguinte forma:


ANDRÉ DE MALLMANN DOS SANTOS
Controlador-Geral da União

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2002	43.132.658,63
(-) IR/CSLL	268.407,21
(+) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	774.814,39
(+) REALIZAÇÃO RESERVA REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	1.682.746,27
(-) ATIVO FISCAL DIFERIDO – CONSTITUIÇÃO	20.255.167,99
(+) ATIVO FISCAL DIFERIDO – REALIZAÇÃO	20.677.363,06
= BASE DE CÁLCULO DA RESERVA LEGAL	45.744.007,15
(-) RESERVA LEGAL (5%)	2.287.200,36
= BASE DE CÁLCULO DOS DIVIDENDOS	43.456.806,79
(-) DIVIDENDOS (25%)	10.864.201,70
= BASE DE CÁLCULO DAS RESERVAS ESTATUTÁRIAS	32.592.605,09
(-) RESERVAS ESTATUTÁRIAS (10%)	3.259.260,50
Saldo do período 01/01/2002 a 31/12/2002	29.333.344,59
Saldo Anterior	10.555.283,01
Reserva de Retenção de Lucro	39.888.627,60

NOTA 22 – Entidade de Previdência Privada

O SERPRO é o patrocinador do SERPROS – Fundo Multipatrocinado, entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de sociedade civil, que tem por finalidade principal a complementação de aposentadorias e pensões concedidas pela previdência oficial aos empregados da Empresa. Neste exercício, a Empresa contribuiu a favor do SERPROS, com o valor de R\$ 40.885.562,70 e os participantes com R\$ 15.422.104,77.

Em 31/05/97 foram firmados dois termos de acordo entre o Serpro e o Serpros, estabelecendo o parcelamento da dívida da empresa junto ao instituto com a amortização em 240 parcelas, a partir de junho / 97. A dívida refere-se a diferenças de taxa de contribuição prescritas na lei 8.020/90 e a dotação inicial não integralizada na época da

**Notas Explicativas às
Demonstrações Contábeis**

Em 31 de Dezembro de 2002

constituição do fundo cujo valor em 31/05/97, perfazia um total de R\$ 97.400.060,88. Neste exercício foram amortizadas as parcelas de 56 a 67, no valor de R\$ 11.508.277,91. O saldo da dívida, R\$ 118.962.187,83, é atualizado mensalmente pelo INPC/IBGE.

Destaca-se também pagamento de parcelas no ano de 2002, no valor de R\$ 9.333.031,43, relativas ao Termo de Acordo para parcelamento do Aporte Financeiro RG nº 32.898 e Termos Aditivos 33.281 e 34.382, destinado ao incentivo à migração dos participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II. Este compromisso a vencer assumido pelo Serpro, totaliza o valor de R\$ 114.456.552,64 em dezembro de 2002, está registrado em conta de compensação e encontra-se atualizado pela Tabela Price, à taxa de juros de 0,5% ao mês e será reconhecido no Resultado à medida de sua exigência, de acordo com a competência mensal.

NOTA 23 – Diversos Responsáveis – em apuração – Conta de Compensação

Apresenta-se registrado neste grupo, o valor de R\$ 1.022.471,34 referente ao processo de Tomada de Contas Especial nº 19863.000075/2001-58, que trata de desvio de valores públicos, como também o valor de R\$ 569.700,31 referente aos processos de nºs 19863.000074/2001-11 e 19863.000095/2001-29, que tratam de pagamentos indevidos no processo do Programa de Desligamento Voluntário.

Este procedimento está respaldado na IN/STN nº 08 de 21/12/1990.

NOTA 24 - Evento Subsequente

Registro complementar nas provisões de IR, CSLL e Dividendos

Em 13 de janeiro de 2003, foram efetuados lançamentos em Imposto de Renda de R\$ 196.081,91, Contribuição Social de R\$ 72.325,30 e Dividendos de R\$ 127.111,70 com o objetivo de regularizar o lançamento intempestivo no estoque contra o resultado, em função da indisponibilidade de eventos que operacionalizassem ajustes do Passivo, na rotina de encerramento do sistema SIAFI.

Brasília, 31 de dezembro de 2002.


ANA MARIA MALLMANN COSTI

Contadora CRC-DF 8894/0 - 6

DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO - Em Dezembro de 2002

UO	MOVIS	INSTALAÇÕES	IMOBILIZADO EM GERAL	VEICULOS	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	GRUPO EM ANCIAMENTO	OBJETOS DE ARTE	MOEDAS E PATENTES	OUTROS BENS MOVIS	BENS MOVIS A ALIENAR	TOTAL
803020	0,00	23.888,96	465.043,57	5.213,37	7.287.077,34	0,00	3.414,00	0,00	953.299,17	210.522,49	8.508.559,49
803030	2.676.970,92	784.417,63	591.214,80	854,27	5.608.410,07	970.673,25	0,00	0,00	681.456,11	288.838,82	8.530.620,34
803040	4.715.417,48	248.169,22	390.954,89	1.692,36	7.654.085,09	170.256,37	723,38	0,00	895.783,94	1.074.315,28	14.980.688,04
803050	4.905.327,48	281.683,82	382.649,43	205,80	3.687.583,52	41.959,96	816,62	0,00	710.282,93	1.084.953,42	11.520.432,62
803060	5.453.143,96	372.815,40	238.627,60	18.409,48	5.866.697,17	66.023,74	3.012,12	0,00	769.605,36	708.037,65	13.068.367,66
803070	1.189.027,42	1.300.203,44	2.394.328,96	11.116,53	15.629.617,72	280.152,17	39.847,22	0,00	3.412.207,06	6.671.270,43	31.247.960,94
803080	16.052.807,82	3.187.347,96	1.843.239,18	34.113,81	47.651.480,89	6.187.364,48	10.274,22	0,00	2.710.835,18	6.386.697,90	78.564.281,46
803090	8.715.486,36	70.830,30	290.857,38	7.380,98	4.829.043,37	2.464,36	0,00	0,00	1.613.303,56	669.621,88	15.484.801,81
803100	1.412.877,07	216.660,18	204.644,28	94.843,12	4.723.833,06	158.711,76	1.149,58	0,00	740.346,52	1.012.703,88	9.529.495,02
806030	11.685.133,07	3.798.209,74	2.553.384,75	81.538,73	91.507.132,77	10.822.662,54	26.038,29	0,00	10.229.368,56	2.387.944,27	131.048.314,04
806001	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.093,73	0,00	0,00	2.093,73
VALOR TOTAL	56.625.992,40	7.597.317,62	9.254.633,84	174.687,15	183.036.330,83	18.646.267,76	79.376,48	2.093,73	22.719.684,61	18.652.936,54	323.183.681,18
DEPRECIAÇÃO	(24.074.985,78)	(5.425.792,51)	(4.409.876,66)	(371.032,64)	(119.351.207,65)	-	-	-	(12.179.069,93)	(15.004.276,40)	(181.610.801,87)
VALOR GERAL	31.551.006,62	2.171.515,11	4.844.757,18	3.654,51	73.679.723,28	18.240.281,79	79.376,48	2.093,73	10.540.614,68	646.360,14	141.569.799,62

**DEMONSTRATIVO DO IPC90
EM 31 DE DEZEMBRO 2002**

BENS IMÓVEIS	54.566.261,00
BENS MOVIS	12.434.827,80
BENS INTANGÍVEIS	0,00
PROJEÇÃO IPC90	137.329.308,76
VALOR TOTAL	204.330.397,56

[Assinatura]
SILVANA LOPES
Chefe de Grupo - SIA/SIB



**DÉBITOS DE CLIENTES POR UGN's
POSICÃO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2002**

UGN's	CLIENTE	A VENCER	VENCIDO					ACIMA 120	T.VENCIDO	TOTAL	%
			01 - 30	31 - 60	61 - 90	91 - 120					
SUNAT	SEC RECEITA FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	OUTROS CLIENTES SUNAT	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
T.SUNAT										0,00	
SUNAF	SEC TESOURO NACIONAL	306,59	4.217,73	-	-	-	-	4.217,73	4.524,33	0,65	
	OUTROS CLIENTES SUNAF	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
T.SUNAF		306,59	4.217,73					4.217,73	4.524,33	0,65	
SUNCE	SEC RECEITA FEDERAL	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	SEC COM EXT - MDC	-	277,77	-	-	-	-	277,77	277,77	0,41	
	INDICATIVA PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	OUTROS CLIENTES SUNCE	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
T.SUNCE			277,77					277,77	277,77	0,41	
SUNMF	SADM	783,09	-	-	-	0,00	34,62	34,62	817,70	1,21	
	OUTROS CLIENTES SUNMF	-	-	-	-	-	60,29	60,29	80,90	0,09	
T.SUNMF		783,09				0,00	94,91	94,91	877,50	1,30	
SUNSP	P. O. FAZENDA NACIONAL	-	-	-	-	-	3.461,22	3.461,22	3.461,22	5,71	
	OUTROS CLIENTES SUNSP	667,74	781,96	-	-	-	-	781,96	1.449,00	2,74	
T.SUNSP		667,74	781,96				3.461,22	4.243,08	4.310,22	7,25	
SUNMP	MIN PLAN ORÇ DESTA0	-	-	-	-	-	40.214,55	40.214,55	40.214,55	59,43	
	OUTROS CLIENTES SUNMP	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
T.SUNMP							40.214,55	40.214,55	40.214,55	59,43	
SUNSE	INDSA	1,70	1.645,27	268,37	-	-	0,00	1.915,34	1.915,34	2,96	
	INDICATIVA PRIVADA	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	
	OUTROS CLIENTES SUNSE	3.825,02	2.275,40	758,80	164,39	796,79	426,20	2.623,61	9.449,79	13,86	
T.SUNSE		5.826,32	4.020,71	826,17	164,39	796,79	426,20	5.415,15	11.465,57	16,91	
SUNEM	SEC FAZ PLAN - GOV	735,82	1.160,65	893,48	732,67	-	252,49	3.053,09	2.762,63	0,56	
	INDICATIVA PRIVADA	30,76	17,34	17,34	7,97	7,91	23,73	67,24	92,35	0,14	
	OUTROS CLIENTES SUNEM	299,96	190,03	263,75	162,00	17,29	690,67	1.274,29	1.763,76	2,37	
T.SUNEM		1.049,87	1.322,63	1.130,33	824,70	25,20	962,35	4.389,61	5.418,74	8,01	
TOTAL SERVPRO		8.632,61	10.626,10	1.735,45	1.089,08	223,99	45.264,73	59.036,75	67.665,56	100,00	

Legenda

- : sem movimento.

SUNAT - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SUNAF - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

SUNCE - COMÉRCIO EXTERIOR

SUNMF - DESTA0 MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUNSP - SITUAÇÃO PROCESSUAL

SUNMP - ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

SUNSE - SERVIÇOS ESPECIAIS

SUNEM - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ESTADOS E MUNICÍPIOS

ATA DA COMISSÃO DE CONTABILIDADE
Controlador G. O. D. S. 19408

Anexo 03

APLICAÇÕES EM INCENTIVOS FISCAIS
Em 31/12/2002

NOME	NÚMERO DE CAUTELAS/ CERTIFICADOS	NÚMEROS DE AÇÕES/QUOTAS	VALOR
FINAM	CI - 91000041-3	41.120.000	16.891,69
	CI - 89003851-6	57.293	23,53
	CI - 81025112-4	3.597	1,48
	CI - 88021467-1	6.788.420	2.788,62
	CI - 90010337-5	1.957.581	804,16
	CI - 97001606-9	1.045.839.246	1.647.092,23
	CI - 98000014-5	1.302.726.099	2.208.092,07
	CERT. A RECEBER		522.952,64
TOTAL FINAM		2.398.492.236	4.398.646,42
FINOR	QUOTAS ESCRITURAIS	306.290.783	1.665.342,52
	CERT. A RECEBER		1.592.810,16
	CERT. A RECEBER		2.208.092,07
	TOTAL FINOR		306.290.783
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES			9.864.891,17
C.M.Compl.IPC/90			28.875,12
TOTAL GERAL		2.704.783.019	9.893.766,29

ANA MARIA MALUF ALBUQUERQUE
Controladora CGO/CP 0 8640 6